

INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA N° 35

TEOR DA SOLICITAÇÃO: Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do PROJETO DE LEI N° 9.941/2018, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

SOLICITANTE: COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AUTOR: Walter França Neto

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Educação, Cultura, Esporte, C&T, Comunicações, Infraestrutura e Minas e Energia

1. SÍNTSE DA MATÉRIA

O Projeto de Lei Principal, nº 9.941, de 2018, de autoria do Senador Eduardo Amorim, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Ao projeto principal foram apensados:

1. PL nº 7.642/2017, de autoria da Deputada Cristiane Brasil, que altera a Lei nº 12.101, de 2009, dispondo sobre a obrigatoriedade de as entidades que atuam na educação superior alocar 20% (vinte por cento) das bolsas de estudo para cursos e atividades destinados a idosos;
2. PL nº 7.822/2017, de autoria do Deputado Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, por meio de reserva de vagas, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo;
3. PL nº 8.620/2017, de autoria do Deputado Damião Feliciano, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para estabelecer política de incentivo ao acesso do idoso à educação de nível superior,

por meio de reserva de vagas e de percentual de bolsas de estudo;

4. PL nº 8.673/2017, de autoria da Deputada Cristiane Brasil, que acrescenta o § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), para destinar percentual de vagas ociosas às pessoas idosas; e
5. PL nº 10.523/2018, de autoria da Deputada Gorete Pereira, institui o Programa Universidade Operária Brasileira para o Idoso com o objetivo de desenvolver ações e atividades voltadas para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos idosos em todo o país, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso.

O Projeto de Lei nº 9.941, de 2018, e seus apensados tramitam em regime de Prioridade (Art. 151, II, RICD) e estão sujeitos à apreciação conclusiva pelas Comissões (Art. 24, II, RICD), tendo sido distribuídos à Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO); de Educação (CE); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Em 12/06/2019, a CIDOSO aprovou o Projeto de Lei nº 9.941/2018, o PL 7642/2017, o PL 8620/2017 e o PL 8673/2017, apensados, com substitutivo, e rejeitou o PL 7822/2017 e o PL 10523/2018, apensados, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Tereza Nelma, que apresentou complementação de voto.

Na complementação de voto, durante a discussão do parecer na CIDOSO e do substitutivo ao Projeto de Lei 9.941, de 2018, ficou acordado diante da contribuição dos Parlamentares ali presentes, a realização do seguinte ajuste no texto do Substitutivo apresentado pela Relatora, qual seja: manter um percentual mínimo de reserva de vagas estipulado em 5% (cinco por cento) para vagas não preenchidas para acesso às instituições de ensino superior.

Assim, o Substitutivo adotado pela CIDOSO altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para determinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) até 20% (vinte por cento) das vagas não preenchidas para acesso às instituições de ensino superior sejam reservadas às pessoas idosas.

Em 16/10/2019, a Comissão de Educação aprovou o Projeto de Lei nº 9.941/2018, o PL 7642/2017, o PL 8620/2017 e o PL 8673/2017, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CIDOSO, e rejeitou o PL 7822/2017 e o PL 10523/2018, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gastão Vieira.

O projeto vai à Comissão de Finanças e Tributação - CFT para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

2. ANÁLISE

Da análise das proposições, observa-se que contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Ainda que se argumente que o apensado PL nº 10.523/2018, que institui o Programa Universidade Operária Brasileira para o Idoso, pode demandar algum tipo de dispêndio por parte do Governo Federal, o projeto não atribui dados objetivos para a execução, cabendo ao Poder Executivo tão somente adotar iniciativas adequadas à sua capacidade de comprometimento orçamentário e financeiro.

Sendo assim, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não*.

3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Não há.

4. RESUMO

Não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do PL nº 9.941/2018, dos seus apensados (PL nº 7.642/2017, PL nº 7.822/2017, PL nº 8.620/2017, PL nº 8.673/2017 e PL nº 10.523/2018) e do Substitutivo adotado pela CIDOSO.

Brasília-DF, 03 de abril de 2025.

WALTER FRANÇA NETO
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA